

O ouro é de preta

» RICARDO NOGUEIRA VIANA

Delegado chefe da 35ª Delegacia de Polícia e professor de educação física

O mundo assistiu ao fim da 23ª Olimpíada da Era Moderna. Durante 20 dias, na França, atletas de 206 comitês olímpicos se compararam diante do mundo. Alguns se mantiveram no rol da fama, outros se revelaram e vários esportistas saíram no anonimato, pois não alcançaram uma medalha olímpica. Esse é o esporte de resultado, de rendimento ou de alta performance. O Brasil chegou ao maior evento desportivo do mundo com uma delegação de 277 atletas — desses, 55% eram mulheres. Na classificação geral, com 20 medalhas, restou-nos o 20º lugar.

Nas Olimpíadas de Tóquio, em 2021, o Brasil assimilou 21 medalhas, 12º lugar e o melhor desempenho do país, que foi marcante não só pela performance brasileira, mas por ser consequência e coroar o investimento fomentado nas Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016. No quantitativo de medalhas, é o ouro que avança a colocação dos países e, em Paris, o Brasil alcançou apenas três medalhas do metal precioso.

Diante do rendimento aquém, urge mencionar o desempenho de dois esportes que o talento brasileiro vem surpreendendo o mundo: o judô e a ginástica artística. O primeiro, um esporte de origem oriental em que o Brasil conquistou a sua primeira medalha nos Jogos de Munique, em 1972. De lá para cá, muita poeira se levantou nos tatames brasileiros. Oscilou-se em alguns momentos, mas, desta vez, a arte do caminho suave brasileira atingiu o seu auge ao conseguir medalhas de bronze, prata e ouro no individual e selar

a participação brasileira com o terceiro lugar por equipes. Estivemos atrás apenas da França de Teddy Riner, que venceu na final olímpica a até então imbatível esquadra japonesa: ippon para os franceses, choro japonês e regozijo brasileiro.

Não foi diferente na ginástica artística: o Brasil saiu do evento com o terceiro lugar por equipes e com duas medalhas de prata, no individual geral e no salto, e ouro no solo, prova que é considerada o ápice da modalidade. O outro ouro veio no voleibol, após 28 anos da última conquista feminina, Ana Patrícia e Duda subiram no primeiro degrau do pódio. Nesta edição dos jogos, para o impávido e colosso, judô, ginástica, vôlei, Brasil, mulher preta e vitória passaram a ser palavras correlatas.

Na arte marcial, o único ouro foi conquistado pela carismática Beatriz Souza. “Mãe, consegui, foi pela vó”. Essas foram as primeiras palavras que a campeã olímpica conseguiu bradar na sua entrevista após a luta final. Rebeca e sua turma também entraram para a história. Uma modalidade esportiva que, até pouco tempo, era incipiente no Brasil galgou degraus e viu a nossa principal ginasta triunfar com quatro medalhas, tornando-se a maior medalhista olímpica do Brasil. Ana Patrícia sacou, bloqueou, apontou o dedo e chorou juntamente com sua parceira nas areias de Paris.

Todas as citadas são mulheres, medalhistas olímpicas, negras, e as três medalhas douradas brasileiras foram conquistadas por elas. Na Olimpíada passada, Rebeca Andrade, após receber a medalha de ouro no salto, declarou: “É pra mostrar do que o

preto é capaz”. Não se pode ter dúvida da força de uma mulher negra, estas que hoje nos orgulham são descendentes da escravidão, advindas de uma ancestralidade obscura que tiveram mulheres que sobreviveram aos tumbeiros, que serviram aos desejos de seus senhores, que compulsoriamente foram amas de leite, que, após 136 anos do pós-escravidão, ainda ocupam a base da nossa pirâmide social e estão em maior vulnerabilidade socioeconômica, que têm menor grau de escolaridade, acarretando uma pior inserção no mercado de trabalho, que são as maiores vítimas de feminicídio.

É tempo de olhar o passado, avaliar o presente para edificar um futuro disruptivo. Essas mulheres de ouro nos abrilhantaram, mas há de se lembrar quem já passou e abriu caminhos para que elas triunfassem. Cito a hoje comentarista esportiva Daiane dos Santos, outra mulher negra que sofreu com o preconceito e foi massacrada quando, apesar de ser campeã mundial, não conseguiu o triunfo olímpico. Ao comentar o feito de Rebeca diante de Simone Biles, com propriedade, Daiane passou a citar a importância da mulher negra para o Brasil e para o esporte mundial, aditou que Rebeca representa os 56% da população brasileira, que é negra — mulheres negras que só parecem pertencer à nossa sociedade quando estão ganhando. O Brasil é um país machista, misógino e racista. Quando se fala sobre preconceito em relação às mulheres, abrimos um parêntese para falar da mulher negra. Rebeca, Beatriz, Ana Cristina: o ouro do Brasil é de preta.

Cadastro Positivo: cinco anos de inovação no crédito

» ALFREDO COTA NETO

Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

O Cadastro Positivo comemora cinco anos em 2024, e as razões para celebrar são muitas. Em 2019, quando conseguimos aprovar a mudança para que os nomes fossem incluídos automaticamente, tornando o cadastro mais amplo e justo, já sabíamos o sucesso que seria. Há uma estimativa de que, na época, 22 milhões de brasileiros estavam fora do mercado de crédito. Com o cadastro único avaliando os consumidores de acordo com o comportamento financeiro — e não só com base em uma conta, um boleto atrasado —, essas pessoas passaram a integrar o ciclo econômico.

Aqui, me cabe lembrar todo o apoio e a defesa que fizemos, ao longo dos debates sobre o tema, junto ao Executivo e ao Legislativo. No Senado, ainda em 2010, fizemos defesas veementes da proposta, quando discutíamos o projeto de lei que instituiu o Cadastro Positivo. Eu era senador à época e me dediquei ao debate desde o início. As associações comerciais e a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) tiveram papel fundamental também depois de tudo valendo, para conscientizar a população sobre as novidades do Cadastro Positivo e suas vantagens, que logo apareceram. Nossa rede tem um papel crucial na interlocução entre governo e setor privado, e essa discussão do Cadastro Positivo é um exemplo real de como podemos fazer a diferença.

A redução dos juros por parte dos bancos, para quem tem boa conduta, foi outro ponto importante para o sucesso do Cadastro Positivo. A implantação do cadastro também aumentou a oferta de crédito e diminuiu a carga para bancos e empresas de financiamento. Fez com que milhões de pessoas passassem a acessar empréstimos e financiamentos pela primeira vez graças ao histórico de pagamento de contas comuns, como luz, gás e telefone.

A implantação dessa prática, com o tempo, gerou mais uma boa consequência: o termo “ficha suja” passou a ser menos usado. O Cadastro Positivo diminuiu a inadimplência. Fez com que os consumidores desenvolvessem uma educação financeira. Prática que se espalha para filhos, vizinhos e amigos, criando uma rede de bons pagadores. Segundo a Associação Nacional dos Bureaus de Crédito, ainda há um potencial de injetar na economia brasileira cerca de R\$ 1,3 trilhão até 2026.

A obrigatoriedade de ter o nome do bom pagador em um banco de dados renovou a autoestima dos consumidores. Credenciou aquele que paga suas contas em dia e fez dele uma “autoridade”. É quase uma “carteira da bem”. Afinal, ter as finanças quitadas é o sonho de qualquer pessoa. É dormir tranquilo, saber que está honrando com seus compromissos e que pode fazer novos planos. Aliás, ter novos planos é o passo que faz a economia seguir rodando. É isso que estimula as novas compras.

O que vemos agora, cinco anos depois, é uma mudança comportamental que solidificou a boa prática financeira em famílias antes excluídas do sistema de consumo mais amplo. E o resultado deve ser comemorado. Hoje e diariamente, porque as próximas gerações já nascem nesse contexto: de um crédito inovador, que pode diminuir drasticamente a inadimplência e incentivar o consumo no nosso país.

Neste ano tão importante, entretanto, temos que celebrar e querer mais. Acreditamos que a consciência sobre o Cadastro Positivo precisa de ainda mais divulgação, mais publicidade e maior amplitude, para que um número maior de brasileiros se beneficie. E esse é o nosso papel: a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil dissemina e multiplica as informações a cada evento que promove, a cada ciclo de debates, a cada painel que reúne lideranças e a cada encontro que faz por todo o Brasil.

Nosso potencial é enorme. Estamos presentes em todos os estados, cidades e municípios com uma rara capilaridade organizada, feita na ponta por cada associação comercial, em cada canto do país. Daí a importância de estarmos organizados para essa missão e tantas outras que temos em prol dos empreendedores e dos consumidores brasileiros. Nosso trabalho transcende números e estatísticas. Sabemos que juntos somos mais fortes. A conexão de empreendedores que representam tem uma força que traz prosperidade e fomenta negócios. O Cadastro Positivo é um meio para isso.



MAURE

Advocacia com independência e altivez

» PAULO MAURÍCIO (POLI)

Secretário-geral da OAB/DF

Celebramos no último domingo o Dia da Advocacia, data que merece comemoração e muitas reflexões, buscando lições do passado e, principalmente, com os olhos voltados para o futuro.

Ninguém duvida da relevância de nossa profissão, reconhecida na Constituição Federal de 1988, que influencia diretamente a vida da sociedade, em todas as camadas indistintamente, sempre com o foco de se fazer justiça a quem tanto necessita. Dos mais simples aos mais abastados, todos precisaram, precisam ou precisarão de serviços advocatícios.

Dignidade e coragem são atributos indispensáveis para enfrentar dificuldades que, muitas vezes, parecem intransponíveis, mas que servem de combustível para que cada advogada e cada advogado encare os desafios de forma ainda mais intensa. Para quem se dedica aos estudos e acredita que o bom direito está sempre perto, não há causa impossível, muito menos causa ganha.

Somos advogadas e advogados 24 horas por dia, sendo-nos exigida esmerada atuação na vida pública e privada, desde as consultas informais no almoço de família até as grandes lides travadas em tribunais, delegacias e repartições em geral. Some-se o lado humano e sensível de abraçar as dores que vão muito além do aspecto jurídico, com suporte sentimental a quem nos entrega confiante o que lhes aflige.

Aprendi essas lições desde o começo da carreira, ainda estudante em Taguatinga, no fim da

década de 1990, atendendo na Defensoria Pública da Ceilândia, e trago até hoje o brio e a intensidade de quem quer sempre ajudar o próximo, conhecendo a realidade social de todos os cantos para bem atender das grandes empresas à “Dona Maria” e ao “Seu José” com o mesmo empenho e denodo.

O passado nos mostra o quanto a advocacia e a OAB foram importantes para a consolidação das garantias e direitos fundamentais em nosso país. Sem nossa atuação, certamente o Brasil não teria evoluído tanto na busca da liberdade, da igualdade e da fraternidade, objetivos norteadores desde a revolução francesa e que, até hoje, se mostram contemporâneos. Ainda há muito a ser feito, e não olvidaremos de cobrar as autoridades competentes para que a nossa população alcance a justiça social almejada.

Na OAB/DF assim agimos desde 2019, com foco em descentralização e modernização de nossa Casa, horizontalizando o processo decisório e chamando todos e todas a participarem de portas abertas, sem amarras ou donos, com vez e voz para quem bem representa nossa classe tão plural.

Como bons exemplos, temos o foco na formação continuada com a Escola Superior de Advocacia (ESA) e o Programa Residência, e a criação e o desenvolvimento da Advocacia Dativa para que hipossuficientes tenham acesso efetivo à Justiça.

Orgulha-nos, ainda, garantir estrutura física e tecnológica em todas as nossas subseções e nas dezenas de pontos de atendimento, reformados,

acessíveis e confortáveis para que advogadas e advogados possam atender seus clientes, realizar audiências e fazer network para desenvolvimento de suas carreiras.

Somos mais de 50 mil profissionais no DF, o que pode parecer muito, mas não é limitação para quem se mostra interessado em desenvolver competências e se apresentar ao mercado de forma preparada. A advocacia, sem sombra de dúvidas, é a profissão mais democrática de todas, pois o sucesso se apresenta a quem faz por onde com paciência e esforço.

Tudo isso pressupõe um predicado que não pode faltar: a independência. A advocacia se baseia exclusivamente na Constituição Federal e nas leis da República. Quando qualquer outra fonte influencia as decisões profissionais e o rumo de nossa OAB, o fracasso é certo e garantido. Diante de um conflito institucional, nada nem ninguém pode se sobrepor aos interesses da sociedade e da advocacia, sendo inaceitáveis interesses de viés político, partidário ou pessoal nesses debates e embates. Foi assim nos episódios de 8 de janeiro de 2023, em que a OAB/DF, nos limites de suas competências, entre outras medidas, lutou pelas prerrogativas, organizou as audiências de custódia realizadas pela advocacia privada e ainda oportunizou o contato direto com os detidos, praticamente dormindo nas portas dos presídios voluntariamente.

Os desafios vindouros são gigantes, mas infimos se comparados à vontade de seguir servindo com independência e altivez. Viva a advocacia!